

A "DECLARAÇÃO DE BOLONHA", A UNIVERSIDADE LUSÓFONA E O FUTURO DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL *

Fernando dos Santos Neves

Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Revista de Humanidades e Tecnologias

Documentação Académico-Institucional

* Publicado no Jornal "Semanário" de 4/10/2002.

A "Declaração de Bolonha", ao pretender criar um comum "Espaço Europeu do Ensino Superior" (EEES), tornar-se-á um dos pilares mais nobres e mais decisivos da "União Europeia", até para que esta não seja ou não tenda a transformar-se apenas em comum "Espaço Económico" e em comum "Espaço Político", esquecendo o especificamente humano "Espaço Cultural". E uma coisa deveria nunca estar ausente da cabeça de todos os Eurocratas e Eurófilos em geral: **ou a "Declaração de Bolonha" e tudo o que ela significa e implica triunfará ou nunca haverá "União Europeia" económica e política que valha a pena.**

Para que não haja nenhum equívoco sobre o que, adiante, sintética e provocadoramente afirmarei sobre "A Declaração de Bolonha, a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e o futuro do Ensino Superior em Portugal", permito-me, desde já, citar o que acabo de escrever no opúsculo *"Para uma Crítica da Razão Lusófona, Onze Teses sobre a CPLP e a Lusofonia"* (Edições Universitárias Lusófonas, 2002, p. 20):

"Relativamente a Portugal e para além de um "imperial saudosismo" que releva mais da psicanálise que de qualquer análise económica ou política, relembro o nauseabundo provincianismo que desde há tempos venho chamando a «doença infantil do europeísmo» ou a «concepção novorriquista, pacóvia, discipular e Schengeniana da integração europeia de Portugal», como se, por ser e para ser Europeu, Portugal devesse deixar de ser luso e lusófono e como se, ao contrário e se não houvesse outras razões ainda mais válidas, até não fosse a «Lusofonia» o grande e específico peso de Portugal na balança da Europa e do Mundo". E também ainda há pouco, a quando de uma das suas visitas à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, ousei sugerir ao Senhor Presidente da República **"a grande e urgente necessidade de uma «Presidência Aberta» sobre a Lusofonia, que é parte essencial da Europeidade Portuguesa e a única grande chance de afirmação no concerto das nações e de desenvolvimento humano de todos os Países e Povos Lusófonos no decorrer do século XXI"**.

A "Declaração de Bolonha", apesar das abertas ou subreptícias reacções corporatistas em contrário do "CRUP" e do atávico provincianismo de nos considerarmos "orgulhosamente melhores e orgulhosamente sós" (Salazar dixit!), tornar-se-á, inelutavelmente, a **"Carta Constitucional do Ensino Superior Europeu"** e o pior que poderia acontecer aos Portugueses é que Portugal ficasse isoladamente de fora, por causa das suas Universidades e respectivo Ministério (ao contrário, aliás, diga-se em abono da verdade, do que o actual Ministro da Ciência e do Ensino Superior constantemente e altamente preconiza).

Se, por exemplo, todos os Países mais desenvolvidos da Europa já adoptaram a figura do **3 + 2**, ou seja, 3 anos para o primeiro diploma de graduação (licenciatura ou semelhante) mais dois anos para o segundo diploma (mestrado ou equivalente) e se também estão a avançar no sentido da superação efectiva das diferenças institucionais e

da distinção nominal entre o “Ensino Superior **Universitário**” e o “Ensino Superior **Politécnico**”, será que é por nos considerarmos “melhores” ou “incapazes”, relativamente aos outros, que entendemos não dever deixar o “**Ensino Superior Português**” tornar-se plenamente “**Europeu**”? Por favor, abandonemos definitivamente a já citada e nunca assaz condenada mania provinciana (que, provavelmente, é apenas a outra face do nosso provinciano complexo de inferioridade) de nos julgarmos pateticamente mais desenvolvidos do que Países Europeus como a França, a Grã-Bretanha, a Alemanha, a Itália, a Holanda, a Suécia, etc. Como também já escrevi, o ridículo (infelizmente?) não mata, mas o País é que sofre as consequências; e a legítima e necessária salvaguarda dos valores da identidade portuguesa e lusófona nunca passará pelo obscurantismo e pelo subdesenvolvimento.

Pelo que à maior das Universidades Privadas Portuguesas que é a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias diz respeito, estaria a mesma pronta para dar início à realização imediata das normas da “Declaração de Bolonha”, assim a autonomia universitária, de que injusta e inconstitucionalmente não goza, lho permitisse... **Oxalá a nova “Lei do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior”, venha mudar efectivamente, como prometeu o novo Governo da Nação, a referida injusta e inconstitucional situação de supletividade e subalternidade do Ensino Superior Particular e Cooperativo face ao Ensino Superior Estatal.**

Na “Mãe de todas as Enciclopédias”, a “**Enciclopédia**” de Diderot-D'Alembert, no artigo sobre a “Filosofia Escolástica” (escrito precisamente por d'Alembert), há as seguintes referências sarcásticas ao isolamento e atraso da cultura portuguesa de então:

“... As Universidades de Espanha e de Portugal, graças à Inquisição que as tiraniza, estão muito menos avançadas (do que as restantes Universidades Europeias); nelas a filosofia está ainda no mesmo estado em que entre nós esteve do século XII até ao século XVII; os professores chegam a jurar que jamais ensinarão outras: a isto chama-se tomar todas as precauções possíveis contra a luz ... Num dos jornais do ano de 1752, na secção das Novidades Literárias, não se pode ler, sem espanto nem aflição, o anúncio deste livro ultimamente impresso em Lisboa (em pleno século XVIII): Systema aristotelicum de formis substantialibus, etc., cum dissertatione de accidentibus absolutis (Ulissiþone, 1750). Quase é de crer que se trata de uma gralha tipográfica e que é 1550 (e não 1750) que devemos ler. On serail tenté de croire que c'est une faute d'impression et qu'il faut lire 1550...” (Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences des arts et des métiers, 1751-1772, entrada: École (philosophie de l'; trad. port. em: A Enciclopédia, textos escolhidos, Editorial Estampa, 1974, p. 59).

“Intelligenti pauca”! Quem tem ouvidos para ouvir, que ouça e quem tem obrigação de agir e deixar agir, que aja e que deixe agir!

A “Declaração de Bolonha”...